AASPJ-SP
PARTICIPAÇÃO E COMPROMISSO
GESTÃO 2009-2013
ASSOCIAÇÃO DOS ASSISTENTES SOCIAIS E PSICÓLOGOS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Boletim Eletrônico Nº. 118 – 02 de Dezembro de 2011

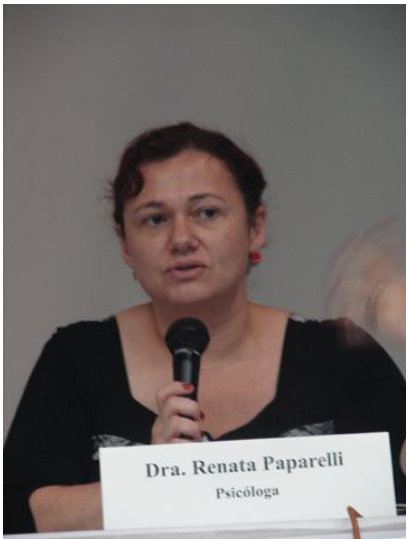
Este boletim contém as seguintes matérias:

- Fórum de Debates: Condições de trabalho e adoecimento, organização dos trabalhadores e a conquista da redução da jornada de trabalho.
- CFP: Ano temático da avaliação psicológica
- Garantia de direitos de crianças e adolescentes vítimas de violência sexual no Sistema Judiciário
- COMUNICADO SGRH Nº 137/2011: Período entre 26 de dezembro e 2 de janeiro
- 30 horas psicólogos: Parecer da Comissão de Constituição e Justiça da Alesp
-30 horas psicólogos 2: Andamento do PL 03338 na Câmara dos Deputados
- Biblioteca: Nova aquisição
- Ciclo de debates: Direitos humanos, justiça e memória
-Seminário "Aplicabilidade da Lei Maria da Penha na Cidade de São Paulo"

Fórum de Debates: Condições de trabalho e adoecimento, organização dos trabalhadores e a conquista da redução da jornada de trabalho

Aconteceu no dia 25 de novembro a última reunião do ano do Fórum de Debates Pro Organização Política e Sindical dos Trabalhadores em Atividades Psico-Sociais. O evento foi realizado no auditório das Varas Especiais da Infância e Juventude e contou com a participação de profissionais do Tribunal de Justiça, da Fundação Casa, do Ministério Público e da Defensoria Pública.

Desta vez, o destaque do Fórum foi o seminário "Condições de trabalho e adoecimento, organização dos trabalhadores e a conquista da redução da jornada", que teve como palestrantes a professora e especialista em saúde do trabalhador, Dra. Renata Paparelli e o cientista social e diretor da Assojubs, Hugo Coviello.



Renata trouxe explicações técnicas e conceitos teóricos sobre o trabalho e desgaste mental. "O trabalho constitui as nossas subjetividade, identidade. Mas, hoje vivemos o trabalho alienado, assalariado, no

qual você tem um vão de quem planeja e executa", afirmou.

De acordo com a professora, existem três tipos de classificação de trabalho em relação à doença e saúde. Trabalho perigoso (alto incidente de acidentes), trabalho insalubre (alta incidente de doenças) e trabalho penoso (alta incidência de sofrimento psíquico).

Já Hugo falou sobre sua experiência como servidor do Tribunal de Justiça de São Paulo e sobre seu trabalho na militância por melhores condições de trabalho. Contou sobre o movimento de greve dos servidores em 2010 e do confronto com a polícia militar em uma manifestação na Praça João Mendes. "O que acontece hoje é a criminalização de todos os movimentos sociais", expôs.

Servidor do Tribunal desde 1999, Hugo traçou um quadro da instituição no que diz respeito ao trato com os funcionários: "discursos fascistas, descaso na forma de tratar com os funcionários, que ficam sem propostas, sem informações", explicou.

A comissão organizadora do Fórum de Debates Pro Organização Política e Sindical dos Trabalhadores em Atividades Psico-Sociais irá organizar a próxima reunião, ainda sem data definida. Aguarde!

CFP: Ano temático da avaliação psicológica

Nos dias 18 e 19 de novembro, a diretora Esther A. K. Katayama e as associadas psicólogas Maria do Carmo Lima Batista (Valinhos) e Ligia Zago (Sorocaba) participaram do Encontro Regional do Ano temático de Avaliação Psicológica como delegadas das subsedes e sede.

Na ocasião, puderam construir com o grupo de delegados as principais proposituras que serão levadas no encontro nacional em 2012, resguardando a especificidade do trabalho (características, dificuldades, enfrentamentos com a instituição) de avalição dos peritos judiciários.

Consideramos de fundamental importância que os colegas psicólogos judiciários participem dos eventos dos Conselhos Regionais na construção de

parâmetros, visibilizando o trabalho desenvolvido nas Varas para que sejam representados os anseios da categoria.

Esther Katayama, primeira tesoureira

Garantia de direitos de crianças e adolescentes vítimas de violência sexual no Sistema Judiciário

No dia 24 de novembro, a segunda secretária, Mônica Carteiro, representou a AASPTJ-SP no evento "Garantia de direitos de crianças e adolescentes vítimas de violência sexual no Sistema Judiciário: medidas protetivas e dilemas éticos", promovido pelo CRESS-SP e pelo Núcleo de base CRESS.

Mônica falou a respeito da escuta judicial e o trabalho dos psicólogos no TJ-SP. Participou da mesa a assistente social judiciário da vara da Infância e Juventude de Osasco Áurea Fuziwara que discorreu sobre o tema “Trabalho e compromisso ético-político do assistente social: a questão da escuta na intervenção profissional”. O debate contou com profissionais da área da saúde, Creas, Tribunal de Justiça, Guarda Metropolitana, entre outros, e suscitou reflexões e esclarecimentos sobre o projeto que o Tribunal de Justiça está implantando e as implicações técnicas e éticas da escuta judicial.

Considerando a complexidade do tema, eventos como esse são de extrema importância para que todos os profissionais engajados desenvolvam uma visão crítica, que considere o compromisso ético-político de ambas as profissões.

Mônica Carteiro, segunda secretária

COMUNICADO SGRH Nº 137/2011: Período entre 26 de dezembro e 2 de janeiro

A Secretaria de Gerenciamento de Recursos Humanos, por ordem da E. Presidência **COMUNICA** que, considerando que no período de 26 de dezembro de 2011 a 02 de janeiro de 2012, o expediente no Foro Judicial de primeira e segunda instâncias do Estado e na Secretaria do Tribunal de Justiça, dar-se-á pelo sistema de plantões judiciários, na forma dos Provimentos CSM nºs. 654/1999, 1154/2006 e 1155/2006 e da Resolução nº 495/2009, conforme Provimento nº 1926/2011:

a) os servidores que comunicaram afastamentos no referido período a título de férias e/ou licença-prêmio, poderão providenciar o cancelamento dos pedidos até o dia **30/11/2011**, a fim de possibilitar os acertos necessários quanto ao terço constitucional, sendo utilizado o sistema GED-Solicitações para férias e em papel para licença-prêmio;

b) eventuais alterações de período de férias dentro do mês de dezembro/2011 deverão ser comunicadas até o dia 02/12/2011;

c) eventuais cancelamentos de férias, sem definição de novo período dentro do mês de dezembro/2011, acarretarão estorno do pagamento do terço constitucional já incluído na folha de pagamento de novembro/2011, crédito dezembro/2011.

30 horas psicólogos: Parecer da Comissão de Constituição e Justiça da Alesp

De autoria do Deputado Carlos Giannazi, o projeto em epígrafe propõe nova jornada de trabalho para o cargo de Psicólogo nas instituições públicas estaduais paulistas.

Nos termos do item 2 do parágrafo único do artigo 148 do Regimento Interno Consolidado, a propositura esteve em pauta nos dias correspondentes às 6ª a 10ª Sessões Ordinárias, de 23 a 29/03/11, não recebendo emendas ou substitutivos.
A seguir, a matéria foi encaminhada a esta Comissão de Constituição, Justiça e Redação, para ser analisada quanto aos aspectos definidos no artigo 31, §1º, do Regimento Interno Consolidado.

Na qualidade de Relator designado por este órgão técnico, verificamos que o projeto tem por escopo fixar a jornada semanal de 30 horas para os profissionais da Psicologia que atuam nas instituições públicas do Estado de São Paulo.

A despeito dos elevados propósitos que deram ensejo a este projeto de lei, que procura reconhecer como excessivas e fadigosas – como de fato o são – as 44 horas semanais a que estão submetidos os psicólogos que atuam nos mais diversos hospitais, clínicas, presídios e centros de recuperação, entendemos que a medida encontra-se eivada de vício de inconstitucionalidade insanável, uma vez que trata de regime jurídico de servidores públicos, matéria cuja iniciativa para propositura de leis é reservada ao chefe do Poder Executivo, por força do disposto no artigo 24, §2º, item 4, da Constituição do Estado de São Paulo, que guarda necessária simetria com o artigo 61, §1º, inciso II, alínea “c”, da Constituição Federal.

Se ultimado o processo legislativo referente à propositura em análise, estar-se-ia usurpando iniciativa privativa do Governador do Estado, em flagrante violação da separação de Poderes, cláusula pétrea do nosso Estado Democrático de Direito, em virtude do artigo 60, §4º, inciso III da Carta Magna, motivo pelo qual não podemos assentir com o seu prosseguimento, ao menos no que se refere aos aspectos de constitucionalidade, legalidade e juridicidade.

a) Vanessa Damo – Relatora

Ante o exposto, manifestamo-nos contrários à aprovação do Projeto de Lei nº 133, de 2011.

Aprovado como parecer o voto da relatora, contrário à proposição.

Sala das Comissões, em 29-6-2011
a) Maria Lúcia Amary – Presidente
Alencar Santana – Roque Barbiere – Afonso Lobato – Maria Lúcia Amary – Vanessa Damo – Geraldo Cruz – Fernando Capez – Alex Manente – Cauê Macris

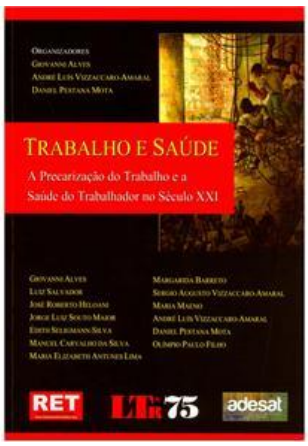
30 horas psicólogos 2: Andamento do PL 03338 na Câmara dos Deputados

O PL nº 03338/2008, que trata da redução da carga horária para os Psicólogos e encontra-se na Câmara dos Deputados para apreciação nas Comissões de Trabalho de Administração e Serviço Público; Finanças e Tributação e Constituição e Justiça e de Cidadania.

No dia 30/11/2011, foi designado como Relator o Deputado Federal Mauro Nazif, do PSB-RO.

Mande e-mails para o relator: dep.mauronazif@camara.gov.br

Biblioteca: Nova aquisição



Trabalho e saúde – A precarização do trabalho e a saúde do trabalhador no século XXI

Giovanni Alves
André Luis Vizzaccaro-Amaral
Daniel Pestana Mota (organizadores)

O mundo da barbárie social é o mundo da precarização do homem-que-trabalha. Na medida em que a precarização estrutural do trabalho compromete não apenas o estatuto salarial e os direitos dos trabalhadores assalariados, mas o próprio ser genérico do homem, isto é, a capacidade de homens e mulheres que vivem da venda de sua força de trabalho darem uma resposta radical, coletiva e consciente, à ofensiva do capital, torna-se necessário, mais do que nunca, colocar na agenda da discussão pública, a saúde do trabalhador, numa perspectiva crítica e interdisciplinar. Torna-se urgente discutir a problemática da saúde pública do trabalho numa perspectiva de crítica do capital como modo de controle estranhado do metabolismo social, rompendo com o viés epidemiológico e corporativo-disciplinar que compromete a afirmação político-radical da questão da saúde do trabalhador.

Eventos

Ciclo de debates: Direitos humanos, justiça e memória

Ciclo de Debates

DIREITOS HUMANOS, JUSTIÇA E MEMÓRIA

São Paulo

12 de dezembro de 2011

Faculdade de Direito
Universidade de São Paulo (Largo São Francisco, 95
São Paulo, SP)
AUDITÓRIO XI de AGOSTO

15:00h – Registro dos participantes

16:00h às 18:00h

Justiça, memória e direito ao conhecimento e a informação

Carmen Lira – Jornalista, Diretora do *La Jornada* do México

Eric Nepomuceno – Jornalista e escritor

Daniel Filmus – Ex Ministro de Educação da República Argentina e Senador Nacional.

Coordenação:

Emir Sader – Professor da UERJ e Secretário Executivo do CLACSO

18:30h às 20:30h

Direitos humanos e luta pela identidade

Maria do Rosário Nunes – Ministra, Secretaria de Direitos Humanos, Presidência da República

Estela Carlotto – Presidente das *Abuelas de Plaza de Mayo* (Argentina)

Juan Cabandié – Neto recuperado pelas Avós da Praça de Maio e Deputado da Cidade de Buenos Aires

Seminário "Aplicabilidade da Lei Maria da Penha na Cidade de São Paulo"

Quando: 07/12
Onde: Câmara Municipal de São Paulo – Salão Nobre
Endereço: Viaduto Jacareí, 100 - Bela Vista

Programação

8h30 Credenciamento

9h Abertura Solene

Hino Nacional por Maestro Casemiro Abreu
Sr. Secretario Uebe Rezeck / Secretario Municipal de Participação e Parceria
Sra. Yolanda Sperli / Coordenadoria da Mulher - SMPP
Maria Aparecida de Laia / Coordenadoria de Assuntos da População Negra
Vereadora Noemi Nonato / Representando a Câmara Municipal

9h30 Mesa 1:
Avanços e Desafios na efetivação da Lei Maria da Penha na cidade de São Paulo.

Palestrantes:
Dra. Claudia Luna
Elas por Elas Vozes e Ações das Mulheres
Dra. Ana Rita Souza Prata
Núcleo de Defesa da Mulher da Defensoria Pública do Estado de SP

Dra. Gislaine Doraide Ribeiro Pato
Coordenadoria das Delegacias da Mulher do Estado de SP

Espaço para perguntas e considerações finais dos palestrantes

Mediadora: Renata Aparecida Ferreira

10h30 Mesa 2:
Aplicabilidade da Lei Maria da Penha e Politicas Públicas na cidade de São Paulo

Palestrantes:
Sra. Branca Paperetti
Coordenadoria da Mulher / Coordenadora da Casa Eliane de Grammont
Sra. Rosely Aparecida Gatti de Cerqueira César
Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social / Proteção Social Especial

Sra. Márcia Regina Victoriano
Coordenadoria da Mulher / Centro de Cidadania da Mulher de Perus

Espaço para perguntas e considerações finais dos palestrantes

Mediadora: Ana Lúcia Cavalcanti

12h Encerramento e Coquetel de Lançamento:

Caderno Construindo o 1º Plano Municipal de Políticas Públicas para as Mulheres da Cidade de São Paulo / Resoluções da 4ª Conferência Municipal de Políticas Publicas para as Mulheres de São Paulo, 2011.

Cartilha para Profissionais de Saúde: Uma outra forma de Atender, experiência do Centro de Atenção a Saúde Sexual e Reprodutiva Maria Auxiliadoras Lara Barcellos Casa SeR.

EXPEDIENTE

AASPTJ-SP – Associação dos Assistentes Sociais e Psicólogos do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo

Diretoria: Presidente – Elisabete Borgianni, Vice-presidente – Catarina Volic, – 1ª Secretária – Maria Helena Correa, 2ª Secretária – Mônica de Lurdes Leoni Carteiro, 1ª Tesoureira – Esther Akemi Kavano Katayama, 2º Tesoureiro – Paulo Eduardo Bezerra,

Conselho Fiscal: Mônica Giacomini, Margarida Maria Buosi e Magda Melão Suplentes: Elaine Cristina Major Ferreira e Deise Rodrigues Amorim

Conselho Editorial: Maria Helena Correa, Mônica Giacomini, Paulo Eduardo Bezerra e Ana Carolina Rios

Redação e edição: ACRL Comunicação
Jornalista responsável: Ana Carolina Rios (Mtb 35.875-SP)

Os artigos assinados são de inteira responsabilidade dos seus autores, não representando necessariamente a opinião do responsável pelo boletim e da Diretoria da AASPTJ-SP.